



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2018.0000289592**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1019302-57.2016.8.26.0577, da Comarca de São José dos Campos, em que é apelante ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD, é apelado [REDACTED]

**ACORDAM**, em 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ERICKSON GAVAZZA MARQUES (Presidente) e J.L. MÔNACO DA SILVA.

São Paulo, 11 de abril de 2018.

**A.C.MATHIAS COLTRO RELATOR Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Apelação nº 1019302-57.2016.8.26.0577**

**Apelante: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição ECAD**

**Apelado: [REDACTED]**

**Comarca: São José dos Campos**

**Voto nº 34812**

**Natureza da ação: Direito autoral e cobrança**

**EMENTA: Ação de cobrança Direitos autorais Sonorização ambiente e exibição de obras audiovisuais em quartos de motel Quarto de motel que não pode ser tido como espaço público Inteligência do artigo 23 da Lei nº 11.771/08 Local, ademais, que se enquadra no conceito de casa, inserto no artigo 5º, XI, da Constituição da República**

**— Direitos autorais indevidos Precedentes deste Egrégio Tribunal Sentença mantida - Apelo desprovido.**

**Ação: cobrança de direitos autorais.**

**Argumentos do autor: em síntese, postula o ECAD, na qualidade de substituto processual das associações de criadores e autores, a cobrança de valores não recolhidos pelo requerido a título de direitos autorais decorrentes da sonorização nos quartos do hotel por ele administrado, sem a prévia autorização dos autores. Assim, postulou a suspensão da execução das obras musicais, sob pena de multa diária e apreensão dos aparelhos sonoros. Requereu, ainda, a condenação do demandado ao pagamento de indenização no valor de R\$ 49.890,14, a título de direitos autorais não pagos desde março de 2011.**

**Foi indeferida a tutela de urgência (págs. 136/137).**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

Defesa (págs. 166/176): preliminarmente, aduziu a prescrição dos valores relativos a período anterior a junho de 2013 e, no mérito, já que não nos termos da Lei nº 11.771/08, não está mais obrigado a pagar a contribuição reclamada. Impugnou, ainda, as contas apresentadas pelo autor, especialmente os juros e a correção monetária.

Sentença (págs. 202/204): julgou improcedente a demanda, condenando a autora ao pagamento das verbas sucumbenciais, fixada a honorária em 10% sobre o valor da causa atualizado.

Recurso do autor: pretende o ECAD a reforma do *dec isum*, a fim de que sejam acolhidos todos os pedidos formulados na inicial, repisando, em suma, o argumentado na vestibular (págs. 206/214).

Não foram apresentadas as contrarrazões (págs. 220).

Tempestivamente apresentado e presentes os demais requisitos de admissibilidade, fica o apelo recebido em seus regulares efeitos.

É o relatório, adotado, no mais, o da sentença.

Nos exatos termos do artigo 68 da Lei nº 9.610/98, veda-se a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

musicais e fonogramas em representações e execuções públicas, sem que ocorra a prévia e expressa autorização do autor ou do titular.

No caso, são cobrados pelo ECAD valores a título de direitos autorais, decorrentes de sonorização ambiental, provenientes de aparelhos de radiodifusão e televisão instalados, nos quartos de um hotel administrado pelo demandado.

Todavia e pese o entendimento o quanto afirmado pelo autor, tem-se pela improcedência dos pedidos deduzidos na inicial, como decidido em primeiro grau.

Conquanto a norma do artigo 68 da Lei nº 9.610/98 traga expressa vedação à utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas em representações e execuções públicas, sem que ocorra a prévia e expressa autorização do autor ou do titular, como visto, ensejando, no caso do descumprimento, o ajuizamento de demanda indenizatória, não se mostra razoável estender aos quartos de um motel a natureza de espaço público, mormente em razão do advento da Lei nº 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo.

Conforme o disposto no artigo 23 do referido diploma legal:

*“Consideram -se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

*c onstituiç ão, destinados a prestar serviç os de alojam ento tem porário, ofertados em unidades de freqüênc ia individual e de uso exc lusivo do hóspede, bem com o outros serviç os nec essários aos usuários, denom inados de serviç os de hospedag em , m ediante adoç ão de instrum ento c ontratual, tác ito ou expreso, e c obranç a de diária.”*

Ora, diante da novel legislação, os serviços de televisão e radiodifusão nos quartos de hotel e/ou motel não podem ser equiparados à sonorização em local público, até e porque são locais em que se busca a privacidade, podendo, inclusive, ser abrangido pelo conceito de casa, inserto no artigo 5º, XI, da Constituição da República.

Aliás e segundo o magistério de José Afonso da Silva<sup>1</sup>:

*“Casa, aí é espaç o oc upado com o m oradia e residênc ia (c asa, apartam ento, palác io, palac ete, c abana, c hoç a, c houpána, barrac o, o quarto de hotel ou de pensão) ou em que alg uém tem sua instalaç ão partic ular (esc ritório, ofic ina)”. (não há grifo no original)*

Vale referir, ainda, a excerto do voto proferido pelo eminente Min. Massami Uyeda, nos autos do REsp 740358/MG, que, apesar de vencido, serve como uma luva à hipótese em comento:

<sup>1</sup> Comentário Contextual à Constituição São Paulo Malheiros 2005 p. 102, nota 02 ao inciso XI do artigo 5º.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

*“A questão que, ao meu ver, adquire realce e é a de adequar-se a*

5

*execução legal à hipótese em tela, em que se está a exigir o direito autoral de execução de obra com posição musical, por meio de reprodução ou retransmissão, em meios.*

*Segundo o atual entendimento, a mencionada “frequência coletiva” destina-se não só aos locais comuns dos estabelecimentos que descobre, porque tal interpretação não estaria conforme ao que dispõe a mencionada Lei, considerando-se que o importante na nova Lei de Direitos Autorais é a vedação para que a obra única ao público, por qualquer meio ou processo, nos locais de frequência coletiva (inclusive, um motel), pudesse ser feita sem o pagamento dos direitos autorais correspondentes.*

*Conforme tal linha de raciocínio, o legislador incluiu os meios dentre aqueles lugares considerados com o de frequência coletiva, tendo, ainda, especificado que se tratava de representação, execução ou transmissão de obras literárias, artísticas ou científicas, e que a junção dos dois conceitos legais teria afastado na nova Lei a circunstância de haver tão-somente os aparelhos de rádio ou de televisão, porque existiria em qualquer caso a transmissão de obras protegidas pelo direito autoral.*

*Observe-se, inicialmente, que a Lei n. 9.610/98 prevê no seu art. 4º que: “Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais” (grifo desta Relatoria).*

*Na situação em destaque ocorre o que a doutrina denomina de “lacunas de conflito”, as quais surgem toda vez que duas normas, no mesmo sistema, contrapõem-se sem que haja uma regra que nos permita decidir entre elas, observando-se que aquelas requerem um sistema ordenado e satisfatório de normas. Segundo o Prof. Tercio Sampaio Ferraz Junior, “Um tipo peculiar dessa espécie é a lacuna técnica, também chamada intra legem, que ocorre quando*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*o legislador estabeleceu uma norma, sem fornecer as condições de sua aplicabilidade”.*

*Ainda conforme o Prof. Tercio, “O sistema das normas toma aqui*

6

*o claramente o sentido de uma totalidade planejada e até certo ponto objetiva, à medida que, para que uma lacuna seja constatada, não basta que o legislador tenha, conscientemente, deixado uma questão em aberto, sendo necessário que a ordem jurídica, com o tal, exija a regra que falta. [...] Patente é uma lacuna resultante da falta de uma norma que regule uma situação, e latente é a lacuna que nasce do caráter múltiplo da norma. No primeiro caso, não há norma específica. No segundo, ela existe, mas deixa de fazer uma restrição considerada necessária”; “O sistema das normas seria dotado, nesse caso, de uma dinâmica própria, capaz de revelar as lacunas, e, num momento subsequente, fornecer as condições de seu preenchimento.” (in Introdução ao Estudo do Direito, 3ª ed., 2001, Ed. Atlas, São Paulo, págs. 216/218; 291).*

*O Pretório Excelsos, na sua missão de definição de conceitos no nível constitucional, deixou assente que, lato sensu, no sistema jurídico brasileiro, o espaço público distingue-se do espaço privado de uma coisa (STF, ADI-MC n. 1969/DF, Tribunal Pleno, v.u., j. 24/03/1999, DJ 5/3/2004, págs. 13, Ementário 2142-2/282). No mesmo julgado, o eminente Ministro Marco Aurélio bem observou não existirem direitos fundamentais absolutos, o que não significaria se poder admitir limitação discricionária da Carta da República.*

*Na observância desse contexto, dentro deste será realizada exegese sobre qual o alcance da expressão “execuções públicas”, contida no caput do art. 68 da Lei n. 9.610/98.*

*O art. 4º da Lei n. 9.610/98 determina que sejam interpretados de modo restritivo os negócios jurídicos sobre os direitos autorais, e,*





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

*dentro desse espírito, deve ser observada a expressão “em loc ais abertos ao públic o” , c onstante do inc iso XVI do art. 5º da Constituiç ão Federal/88.*

*Com efeito.*

*O aug usto Suprem o Tribunal Federal já dec idiu que: “[...] o*

7

*c onc eito de 'c asa', para o fim da proteç ão jurídic o-c onstituc ional a que se refere o art. 5º, XI, da Lei Fundam ental, reveste -se de c aráter am plo, pois c om preende, na abrang ênc ia de sua desig naç ão tutelar, (a) qualquer c om partim ento habitado, (b) qualquer aposento oc upado de habitaç ão c oletiva e (c) qualquer c om partim ento habitado não aberto ao públic o [...] Esse am plo sentido c onc eitual da noç ão jurídic a de 'c asa' revela-se plenam ente c onsentâneo c om a exig ênc ia c onstituc ional de proteç ão à esfera de liberdade individual e de privac idade pessoal” (HC n. 82788/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, Seg unda Turm a, v.u., j. 12/4/2005, DJ 2/6/2006, pág. 43, Em entário 2235-1/179).*

*Seg undo Allan Roc ha de Souza, “[...] todos os direitos privados têm*

*lim itaç ões [...]” e “[...] não poderia ser diferente no âm bito do dos direitos autorais [...]”. “[...] observa-se [...] um a assim etria entre a despatrim onializaç ão do direito c ívil a partir de sua c onstituc ionalizaç ão e, em nosso c aso, elevaç ão do princ ípio de proteç ão da dig nidade hum ana a um a das finalidades essenc iais do Estado, e o que tem ac ontec ido c om os m ovim entos internac ionais e nac ionais de proteç ão autoral, onde nota-se, princ ipalm ente nas três últim as déc adas, um a am pliaç ão do proc esso de privatizaç ão de seus usos, restriç ão dos usos livres leg alm ente autorizados, expressando-se nas 'tendênc ias patrim onialista, arg entária, antisoc ial, que preside tantas de nossas novas leis de propriedade intelec tual,' afetando as próprias bases dos direitos autorais, que 'estão hoje c orroídas por um a evoluç ão ec onom ic ista, que sufoc a preoc upaç*





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

*ões culturais.' Diante disso, vislumbra-se um processo diverso, e não justificado, do que aconteceu com as demais áreas do direito civil, processo este que é na verdade assemelhado ao desenvolvimento histórico inicial do direito civil, talvez por seu tardio reconhecimento em comparação com os demais ramos civilísticos, repetindo os direitos autorais agora, com o neo-*

8

*liberalismo, o período de apogeu da doutrina liberal, em sacrifício dos interesses coletivos que necessariam entre o comércio.”*  
*(in A Função Social dos Direitos Autorais, Ed. Faculdade de Direito de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, páginas. 274/275).*

*Nos termos acima expostos, deve ser ressaltado que um quarto, com o espaço em que uma (ou mais) pessoa(s) busca(m) privacidade, não pode ser compreendido com o local de frequência coletiva. Por mais transitório que seja o lapso a que esteja submetida a posse do dormitório (de hotel ou de motel), somente poderá ingressar no espaço delimitado pelo cômodo se o(s) possuidor(es) assim o permitir(em). Nesta hipótese, ocorre a proteção dos aposentos de modo individualizado, com o se fosse uma residência particular.*

*Deve ser ressaltado que o conteúdo do art. 68 da Lei n. 9.610/98 determina que as execuções sejam públicas; já o parágrafo 3º do mesmo artigo considera um motel com o local de frequência coletiva. Assim sendo, com o aplicação de exegese, existem duas alternativas: ou o parágrafo está dizendo mais que o conteúdo, o que juridicamente não é possível, ou infere-se a “frequência coletiva” do parágrafo 3º com o um dos elementos integrantes do conteúdo de “execuções públicas”, conclusão esta conforme o princípio da razoabilidade (apud RECASÉNS SICHES, Luis. Tratado General de Filosofía del Derecho, 1ª ed., Editorial Porrúa S.A.,*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

*México, 1959, pág. 428; Experiência jurídica, natureza da coisa e Lógica*

*'razonable'”, Publicaciones de Diánoia, Fondo de Cultura Económica, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1971, pág. 499).*

*No tocante às áreas comuns (com os corredores, halls e saguões), de livre acesso, franqueado a todos, são realmente espaços públicos por natureza.*

*Entretanto, pretender-se a extensão da natureza de espaço público*

9

*a quartos individualizados de hotéis, tal entendimento extrapola os limites do razoável. Na desconexão entre as previsões do contrato e do parágrafo do artigo da legislação em tela, deverá prevalecer o primeiro, por questão de hermenêutica jurídica.*

*Por fim, deve ser destacado que o consumo final deste tipo de serviço (hotelaria lato sensu) é que será onerado ao final, pois quanto mais obrigações forem impostas, não se olvide que o prestador de serviços não irá arcar passivamente com os custos operacionais que forem sendo adicionados, pois no final da equação do preço a ser pago pela prestação do serviço já terá sido acrescido o impacto da obra e do postulado encargo ora em tela. Não se trata de mera conjectura hipotética, e sim de lógica empresarial (a busca do lucro).”*

Nesse mesmo sentido, vem decidindo este Egrégio  
Tribunal, conforme se constata das apelações nºs  
9185564-2006.8.26.0000 (Rel. Des. Paulo Alcides, 6ª Câmara de Direito  
Privado, j. 17.02.2011, v.u.), 0021171-43.2010.8.26.0008 (Rel. Des. João  
Pazine Neto, 3ª Câmara de Direito Privado, j. 26.07.2011, v.u.), apel.  
1003232-50.2017.8.26.0602 (Rel. Des. Pedro de Alcântara da Silva Leme



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

Filho, 8ª Câmara de Direito Privado, j. 14.03.2018), bem como esta E. Câmara, nos autos da apelação nº 0197907-28.2010.8.26.0100, deste Relator.

Ademais e como corretamente pontuado na sentença, o sistema de televisão disponibilizado pelo réu, nos quartos, é daqueles por assinatura, de modo que as emissoras e redes de televisão já recolhem os valores devidos a título de direitos autorais

10

ao ECAD.

A esse respeito, confira-se também o seguinte julgado desta E. Corte:

**DIREITOS AUTORAIS**                      **-OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. COBRANÇA** -Demanda que busca a suspensão ou interrupção de reprodução de obras musicais, audiovisuais e fonogramas, além do recebimento de direitos autorais no período discriminado na inicial (bem como das mensalidades vincendas no curso da lide) -Alegação de utilização de obras musicais, audiovisuais e fonogramas, sinais de rádio e TV, nos aposentos do hotel e áreas comuns - Decreto de parcial procedência -Predominante entendimento atual segundo o qual os quartos de hotéis não podem ser considerados local de frequência coletiva, mas individual e de uso exclusivo do hóspede Inteligência do art. 23 da Lei 11.71/2008 - Direitos autorais devidos apenas quando se cuidar de retransmissão em locais de frequência coletiva (no caso, somente a recepção - área comum de livre acesso aos usuários/hóspedes) —Precedentes - Cobrança relativa aos aposentos indevida, sob pena de duplicidade (emissoras de rádio e TV que já efetuam o pagamento dos direitos autorais) -Igualmente inexigível multa prevista em regulamento unilateral do ECAD,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

diante da inexistência de relação contratual entre as partes -  
 Precedentes - Sentença reformada - Recursos parcialmente providos.  
 (Apel. 0001978-06.2015.8.26.0028 - Rel. Des. Salles Rossi - 31ª  
 Câmara Extraordinária de Direito Privado - j. 28/11/2017)

Descabida, ainda, a pretendida multa unilateralmente  
 imposta pelo demandante, já que sequer há base legal para tanto.

11

A esse respeito, consoante o bem afirmado pelo eminente  
 Min. Luis Felipe Salomão, nos autos do REsp 1.190.647/RS:

*“[...] é manifestamente arbitrária e abusiva a cobrança de multa unilateralmente estipulada pelo Ec ad, visto que não tem suporte em lei, e não há nem mesmo o relação contratual entre as partes.”*

Mais, portanto, não é necessário à manutenção do quanto  
 bem decidido em primeiro grau, cabendo, apenas, majorar a  
 honorária para 15% sobre o valor da causa atualizado (cf. art. 85, § 11,  
 do CPC).

Essas as razões pelas quais se entende ser caso de negarse  
 provimento ao apelo, manifestando-se aqui o quanto se tem como  
 necessário e suficiente à solução da causa, dentro da moldura em  
 que apresentada e segundo o espectro da lide e legislação incidente  
 na espécie, sem ensejo a disposição diversa e conducente a outra  
 conclusão, inclusive no tocante a eventual



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

préquestionamento de questão federal, anotando-se, por fim, haver-se decidido a matéria consoante o que a turma julgadora teve como preciso a tanto, na formação de sua convicção, sem ensejo a que se afirme sobre eventual desconsideração ao que quer que seja, no âmbito do debate travado entre os litigantes.

Ante o exposto, nega-se provimento ao apelo, nos termos

12

enunciados.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**A.C.Mathias Coltro Relator**